

303

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo N.º 10680-004.145/90-14

(nms)

Sessão de 07 de janeiro de 1992

ACORDÃO N.º 202-04.762

Recurso n.º 85.813

Recorrente JM COMERCIAL LTDA.

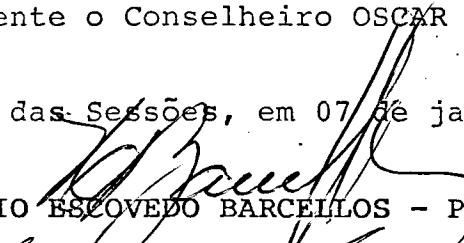
Recorrida DRF EM BELO HORIZONTE MG

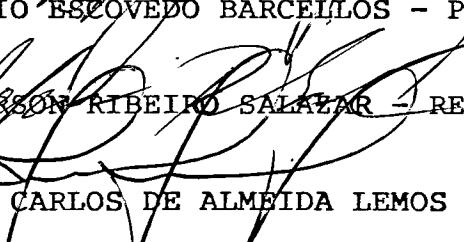
PIS/FATURAMENTO - Omissão de receita anterior e na vigência da Lei nº 7.798/89 e seu anexo III, é devido. Recurso não provido.

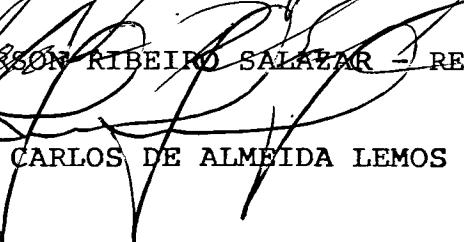
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JM COMERCIAL LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente o Conselheiro OSCAR LUI'S DE MORAIS.

Sala das Sessões, em 07 de janeiro de 1992


HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS - PRESIDENTE


JEFFERSON RIBEIRO SALAZAR - RELATOR


JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 30 ABR 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSÉ CABRAL GAROFANO, ANTONIO CARLOS DE MORAES, ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo № 10680-004.145/90-14

Recurso №: 85.813
Acordão №: 202-04.762
Recorrente: JM COMERCIAL LTDA.

R E L A T Ó R I O

A empresa acima, foi autuada por falta de recolhimento do PIS/FATURAMENTO e o PIS/RECEITA OPERACIONAL, por ter omitido receitas apuradas no período de 08/06 a 12/89, conforme auto de infração e demonstrativos de fls. 01/10, valor original do crédito lançado de 1.709,68 BTN.

Cientificada às fls. 16, pediu prorrogação do prazo para apresentar sua impugnação, no que foi atendida, e às fls. 18 requereu:

- a) que se tome conhecimento desta petição por tempestiva;
- b) que, quanto ao mérito, se digne determinar sua decisão para após aquela que for exarada no processo Matriz do IPI, de que é decorrente.

A informação fiscal de fls. 34 assim se expressa:

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
Processo nº 10680-004.145/90-14
Acórdão nº 202-04.762

"Esclarecemos que o presente auto de infração não é decorrente de nenhuma outra autuação.

A fiscalização iniciou os trabalhos fiscais com vistas a proceder verificações no IPI e somente em função disto o Termo de Início relaciona o documentário fiscal ligado à este tributo, bem como o Termo de Encerramento lhe faz menção.

Em nenhum outro momento a fiscalização relacionou os dois tributos que tem fatos geradores distintos e cujas autuações não se comunicam, conforme se depreende das peças processuais.

Diante do exposto somos pelo acolhimento da impugnação por tempestiva, pelo não acatamento das razões de mérito, por insubsistentes e pela manutenção total do crédito tributário ora exigido."

Às fls. 35/39 encontra-se decisão singular do processo de IPI, onde o feito é mantido em parte, tendo em vista ter ficado comprovada a existência de alguns créditos que a autuada fez jus, na forma do art. 98 do RIPI/82.

Às fls. 43/44, a autoridade singular decidiu por manter, na totalidade, o lançamento objeto deste processo.

Inconformada com a decisão supra, vem o contribuinte dela recorrer a este Colegiado, repetindo, no seu Recurso Voluntário de fls. 49, exatamente o que alinhou na sua impugnação.

É o relatório.


segue-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Processo nº 10680-004.145/90-14

Acórdão nº 202-04.762

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JEFERSON RIBEIRO SALAZAR

A recorrente foi autuada por omissão de receita operacional caracterizada pelo confronto das entradas e saídas mensais de produtos comercializados pela mesma, o que ocasionou a falta de recolhimento do PIS/FATURAMENTO.

Tanto na impugnação, quanto afora no recurso, a recorrente pede apenas que se tome as peças como tempestivas, e que o mérito seja determinado após a decisão do processo de IPI, do qual este é decorrente, nada trazendo aos autos até então que pudesse lhe socorrer e invalidar o lançamento fiscal. Em nenhum momento contestou a omissão da receita apurada pela fiscalização, como descrita e caracterizada mensalmente na conformidade dos demonstrativos de fls. 04/10. Em nenhum momento a fiscalização relacionou os fatos geradores que deram origem a este processo, como os do IPI alegados pela recorrente, que são distintos e não se comunicam. Portanto, resta provado a infringência à legislação de regência, como tal constante da denúncia fiscal. Pelo que, tomo conhecimento do Recurso Voluntário e tempestivo, e voto no sentido de negar-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 07 de janeiro de 1992

JEFFERSON RIBEIRO SALAZAR